

## O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DE ANGOLA A PARTIR DA ESCRITA DA MEMÓRIA DE ESTUDANTES

### TEACHING PORTUGUESE LANGUAGE IN THE CONTEXT OF ANGOLA BASED ON STUDENTS' MEMORY WRITING

Salomão Ivo João Malonga (ISCED-HBO)<sup>1</sup>

Katia Cilene Ferreira França (UFMA)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objeto de estudo o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa no contexto de Angola, país de diversas línguas nacionais como o kikongo, kimbundo, umbundo, mas que tem o português como língua oficial do Estado. Nas escolas, a relação entre a língua oficial e as nacionais é marcada pelo confronto entre o que o aluno sabe e o que deve aprender. Esse choque tem consequências dentre as quais está o silenciamento tanto da língua aprendida nos grupos sociais e culturais, dos quais os estudantes participam, quanto das reflexões sobre as práticas de ensino da língua oficial em um país multilíngue, marcado por uma história de lutas de diferentes naturezas, de longos confrontos contra o poder colonial português, para conquista da Independência. Narrativas envolvendo o ensino escolar podem ser contadas por diferentes vozes e perspectivas. Importa-nos dialogar com os alunos a partir de suas memórias sobre o processo de aprendizagem do português. Nosso objetivo é discutir a relação que envolve o ensino-aprendizagem do português e a história de Angola a partir da escrita da memória de alunos sobre a aprendizagem da leitura e escrita na escola. Interrogamos: O que a escrita da memória de alunos diz sobre o ensino de língua portuguesa em escolas angolanas? A busca por respostas envolve uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória fundamentada em discussões, produzidas por autores como Bourdieu (1996), sobre a língua de Estado e a função da escola, Binji (2013), sobre a história do português em Angola, Biazetto (2013) e Halbwachs (1990), sobre memória. Resultados apontam para uma escrita da memória marcada pelos efeitos da colonialidade na imposição do português e desvalorização das línguas nacionais e ainda pelo relato de práticas pedagógicas que acontecem alinhadas à história de violência e opressão de Angola, mas também de resistência.

**Palavras-chave:** Angola; memórias; ensino-aprendizagem; língua portuguesa.

**Abstract:** This work focuses on the teaching and learning process of the Portuguese language in the context of Angola, a country with several national languages such as kikongo, kimbundu, and umbundu, but with Portuguese as the official state language. In schools, the relationship between the official language and the national languages is marked by a clash between what the student knows and what they should learn. This clash has consequences, including the silencing of both the language learned in the social and cultural groups to which the students belong, and reflections

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Ensino da Língua Portuguesa pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe. Professor do Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED- HBO) e do Ministério de Educação de Angola. Membro do Grupo de Estudos Escrita e Produção de Saberes (GEEPS) e do Grupo de Pesquisa Línguas Angolanas em Contexto de Ensino (LANCE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4281-8334>. Email: [salomaomalonga92@gmail.com](mailto:salomaomalonga92@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras – Bacabal (UFMA). Coordenadora do Grupo de Estudos Escrita e Produção de Saberes (GEEPS). Membro do Grupo de Pesquisa Línguas Angolanas em Contexto de Ensino (LANCE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7756-9121>. Email [katia.franca@ufma.br](mailto:katia.franca@ufma.br)

on the teaching practices of the official language in a multilingual country marked by a history of struggles of different kinds, including long confrontations against Portuguese colonial power, for the conquest of Independence. Narratives involving school education can be told from different voices and perspectives. It is important for us to engage in dialogue with students based on their memories of the Portuguese learning process. Our objective is to discuss the relationship between the teaching and learning of Portuguese and the history of Angola, based on students' written memories of learning to read and write at school. We ask: What does the writing of students' memories say about the teaching of Portuguese in Angolan schools? The search for answers involves a qualitative, exploratory approach grounded in discussions by authors such as Bourdieu (1996) on the language of the State and the function of the school, Binji (2013) on the history of Portuguese in Angola, and Biazetto (2013) and Halbwachs (1990) on memory. Results point to a writing of memory marked by the effects of coloniality in the imposition of Portuguese and the devaluation of national languages, as well as by accounts of pedagogical practices aligned with Angola's history of violence and oppression, but also of resistance.

**Keywords:** Angola; memories; teaching and learning; portuguese language.

## Introdução

Angola é um país africano onde coabitam diferentes línguas e culturas. O tecido social e linguístico angolano é heterogêneo: há o português, a língua oficial do Estado, há as línguas nacionais kikongo, kimbundo, umbundu, entre outras que os angolanos aprendem nas relações com a família e os grupos sociais a que pertencem. Essa diversidade é profundamente marcada pela presença histórica de dois grandes grupos etnolinguísticos: os Bantu e os Khoisan, que contribuíram de forma distinta para a configuração sociolinguística do território angolano, sendo os Bantu predominantes. Em meio à diversidade, o português, segundo o Censo angolano 2014, é a língua mais falada nas áreas urbanas, aquela reconhecida pelo Estado como a língua do sistema de ensino escolar, conforme art. 19º, item n. 1 da Constituição da República de Angola (2010).

A divergência entre a língua oficial e as línguas nacionais tem consequências diretas nas relações sociais e no ensino escolar, especialmente quando se considera a realidade da zona rural do país, onde as línguas nacionais são as mais faladas por adultos. As crianças, nesses contextos, apresentam um comportamento diferente dos adultos, misturando a sua língua materna com o português. O contato entre as línguas e a exigência quanto à aprendizagem da língua oficial falada e escrita levanta desafios significativos para o ensino, para a formação linguística do professor e o trabalho pedagógico realizado nas salas de aula, uma vez que a escola tem um papel crucial na difusão e normatização da língua de Estado, é o espaço onde se legitima o domínio da língua padrão.

Essa realidade é um convite à reflexão sobre o português enquanto língua de ensino em Angola, em um país cuja história está marcada por séculos de dominação portuguesa, um domínio que impôs a língua portuguesa como uma marca do poder de Portugal, como a língua da administração, do comércio, do ensino, do poder. Angola, após muita resistência e confrontos armados, em 1975 torna-se independente, mas o Estado preservou o português como língua oficial. A reflexão sobre o ensino coloca em cena muitas relações, diferentes vozes e pontos de vista.

Ouvir o que dizem os alunos sobre a aprendizagem do Português na escola é importante. Nesse sentido, nosso objetivo é discutir a relação que envolve o ensino-aprendizagem do Português e a história de Angola a partir da escrita da memória de alunos sobre a aprendizagem da leitura e escrita na escola. A pergunta que nos orienta é: O que a escrita da memória de alunos diz sobre o ensino de língua portuguesa em escolas angolanas?

O processo de geração de dados desta pesquisa aconteceu em uma escola angolana, localizada em Longonjo, município da província do Huambo. Montamos uma oficina e

convidamos os estudantes e a partir de uma conversa e de leituras de textos escritos relacionados a histórias de aprendizagem da leitura e da escrita, de pessoas como Paulo Freire (1998), solicitamos aos estudantes que narrassem suas memórias, escrevessem sobre como foi o processo de aprendizagem do Português.

A busca por respostas, em torno do que se propõe como discussão, envolve o diálogo sobre o ensino de língua e sociedade, sobre o Português em Angola; a partir de fundamentações teóricas de autores como Bourdieu (1996) com abordagem sobre a língua de Estado e a função da escola, Binji (2013) que discute sobre a história do português em Angola e de estudos de Biazetto (2013), Halbwachs (1990) sobre memória.

## 1 A língua portuguesa em Angola tem história

Para a compreensão da situação educativa angolana, é necessário que façamos um enquadramento histórico e, por via deste, perceber a mentalidade educativa presente. Assim, do ponto de vista histórico, apresentamos três grandes períodos fundamentais do processo educativo angolano: o período colonial, que compreende o espaço temporal entre 1482 a 1975; o período pós-colonial, que parte de 1975 até os nossos dias.

O período colonial teve uma duração de 493 anos, tempo mais que necessário para se estabelecer o processo de aculturação em Angola. A entrada da língua portuguesa acontece quando navegadores portugueses estabeleceram os primeiros contatos com o Reino do Congo, uma das estruturas político-administrativas mais organizadas da África Central. Binji (2013) diz que esse longo período não é linear, mas dividido em fases: i) penetração portuguesa no reino do Congo; ii) estabelecimento das relações entre os portugueses com o reino do Congo; iii) administração portuguesa do reino do Congo, conquista e integração de outros reinos e iv) luta pela independência.

A fase de penetração portuguesa no reino do Congo teve no seu epicentro interesses comerciais, especialmente de metais preciosos e escravizados. O português circulava principalmente entre os missionários e comerciantes, mediado por intérpretes e, posteriormente, aprendido por nobres do reino, sobretudo em contextos religiosos e administrativos. Surgem, então, as primeiras formas de bilinguismo entre as classes dominantes do Congo.

A fase de estabelecimento das relações entre os portugueses com o reino do Congo caracteriza-se pela presença portuguesa no século XV e início do XVI, foi marcada por um clima de cooperação e turbulência entre as partes; estabeleceram-se relações diplomáticas, comerciais e religiosas até certo momento. O rei do Congo converte-se ao Cristianismo, adota o nome batismal de Dom João I, como sinal de aliança política com Portugal. A língua portuguesa, nesse contexto, foi promovida como língua litúrgica e de instrução cristã. A catequização impulsionada pelos missionários, sobretudo jesuítas e capuchinhos, utilizava o português como veículo de evangelização. Embora essa influência linguística ainda estivesse limitada às elites, ela marcou o início de uma penetração cultural mais profunda.

Algumas escolas foram criadas para a formação de auxiliares nativos, e membros da realeza congolense chegaram a estudar em Portugal. Assim, o português passou a ser associado ao prestígio, ao saber e à conversão religiosa. Estas escolas foram tidas como as primeiras formais em solo angolano. A educação no período colonial era limitada a poucos. Portugal entendia o perigo de escolas aos indígenas, pois "a instrução poderia constituir uma arma, ofensiva ou defensiva, consoante o sentido e a direção que se lhe desse" (Noré; Adão, 2003, p. 106).

A partir do século XVII, o projeto colonial português tornou-se mais expansivo, *fase* Administração portuguesa do Reino do Congo, conquista e integração de outros reinos. O Reino do Congo perdeu progressivamente sua autonomia diante da crescente intervenção militar e administrativa portuguesa, culminando em conflitos como a Batalha de Ambuíla (1665), na qual o rei congolês foi morto. Com a expansão territorial da colônia, O português tornou-se a língua da administração, do comércio de escravizados e da Igreja, sendo imposto como língua de prestígio,

especialmente nas zonas urbanas. Entretanto, essa expansão linguística foi desigual: enquanto nas cidades o português se consolidava como língua dominante, nas áreas rurais e entre a maioria da população, as línguas bantu continuavam sendo os principais instrumentos de comunicação e identidade cultural. Nesse contexto, surgem formas de contato linguístico entre o português e as línguas locais, originando crioulizações lexicais, interferências sintáticas e o desenvolvimento do que hoje se denomina “português angolano”.

A liberdade ou a independência total sempre foi um grande objetivo dos angolanos a ser alcançado; vontade esta que ficou aguçada na década de 60, fase conhecida como início das grandes liberdades africanas; da luta pela independência depois de um longo período de sofrimento e opressão. Na luta armada, organizações de frente de libertação passaram a utilizar o português como língua de mobilização política e produção ideológica, ao mesmo tempo em que reivindicavam a valorização das línguas nacionais. O português, nesse período, adquiriu um novo significado: de símbolo do colonialismo passou a ser também uma ferramenta de unificação nacional, uma língua apropriada e ressignificada pelos próprios angolanos.

A independência, proclamada a 11 de novembro de 1975, permitiu que muitos angolanos frequentassem as escolas, por via da reforma educativa que tinha finalidade de combater o analfabetismo extremo, ofertar ensino gratuito a todos. Em 1977, acontece a primeira Reforma Educativa que aprovou o Sistema Nacional de Educação, cujos princípios gerais pautam-se na igualdade de oportunidades no acesso e continuação de estudos; na gratuidade do ensino em todos os níveis; no aperfeiçoamento contínuo docente (Angola, 2004). O país progrediu significativamente, em relação ao período antes da independência.

A Lei nº 13/2001 do Sistema de Educação em Angola estabeleceu seis princípios fundamentais: integridade, laicidade, democraticidade, gratuidade, obrigatoriedade e o da língua portuguesa como língua de ensino. A Lei nº 32/2020 apresenta algumas alterações, dentre as quais está a possibilidade de uso de línguas nacionais de Angola nas escolas, mas a implantação das mudanças no currículo escolar ainda não é uma realidade de grande alcance. A escola angolana, em que desenvolvemos este estudo, oferece apenas o ensino do português a alunos que chegam às salas de aula falando, principalmente o Umbundo como língua e cultura dos pais e da comunidade.

A possibilidade de implantar línguas nacionais na escola abre espaço para que se possa estabelecer fissuras em uma unidade curricular que se volta para uma metodologia de ensino homogeneizada, que ignora a situação de muitos alunos que têm o português como segunda língua. Políticas de valorização e promoção de várias línguas pode contribuir significativamente para o aproveitamento escolar, para o fortalecimento da cultura e identidade de Angola.

## **2 O ensino do português em meio à diversidade**

Angola, segundo o Censo de 2014, tem mais de 25,7 milhões de habitantes, cada angolano aprende e pode falar mais de uma língua nacional em suas relações familiares e nos grupos de que participa. Mais de 10 línguas nacionais constituem essa realidade sociolinguística, com destaque para Umbundo, Kikongo e Kimbundu que são as mais faladas entre as línguas bantu do país. O português, enquanto língua mais falada, nesse mosaico multilinguístico e cultural é afetado, pois angolanos utilizam mais de uma língua em suas interações cotidianas.

O Umbundo, segunda língua mais falada em Angola, tem matriz bantu, carrega história e cultura. A expansão e posição do português como língua de Estado não exclui as línguas nacionais, ao contrário, elas vivem juntas. As crianças, nesses contextos, misturam a sua língua materna com o português, fato que tem consequências diretas no processo de aprendizagem e que solicita atenção sobre o ensino de língua como uma atividade de interação, de compreensão da realidade singular de um país de várias línguas. Desconsiderar a diversidade consiste em silenciar discursos e práticas locais sob o peso do que Severo e Makoni (2015, p. 118) chama de “lusitanização contemporânea como um signo político” de uma comunidade internacional imaginariamente conectada pela língua portuguesa.

Angola, diz Vilela (1999), encontra-se em contexto de “línguas em contacto”, que motivam as chamadas transferências linguísticas que ocorrem nessas línguas alternadamente, dado o fato de os enunciados estarem numa posição de alternância, ou melhor, existem situações comunicativas em que o falante pode fazer recurso à estrutura de uma língua para se exprimir noutra. No processo de interação social, as línguas de uma comunidade complexa refletem a diversidade, a heterogeneidade linguística e refrata mudanças e variações em função do tempo e por conta de fatores extralinguísticos como a idade, o sexo, o estatuto socioeconômico e geográficos. Todo e qualquer fenômeno que ocorra na língua é para seu desenvolvimento em uma comunidade complexa e multilíngue, dentre os fenômenos está a variação.

Ilari e Basso (2012), ao discutir sobre a língua que estudamos e que falamos, pontuam que todas as línguas estão sujeitas a diferentes tipos de variação, como a chamada diacrônica, que se dá através do tempo, pois as línguas têm uma história externa relacionada a suas funções sociais em determinada comunidade linguística e uma história interna que envolve mudanças na gramática, nos aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e léxico. Variação é um fenômeno constitutivo de toda língua viva.

Saber reconhecer e trabalhar considerando essa realidade dinâmica da língua viva é um drama a ser encarado. É uma atividade que exige intenso investimento do Estado na elaboração de documentos reguladores do ensino em diálogo como estudos linguísticos e pedagógicos bem como na formação inicial e continuada de professores que considere a realidade multilinguística de Angola e volte-se para uma pedagogia sensível aos saberes dos alunos, atenta em relação à cultura que os representa e em diálogo com conteúdo de ensino de um currículo nacional que tem o português como língua oficial.

Em Angola, o ensino do português, segundo Undolo (2020), deve ser percebido como uma ação deliberada, organizada, sistemática e intencional, devendo orientar a aprendizagem, através de métodos e técnicas adequados. Na realidade angolana, conforme o referido autor, não há uma política educacional explícita para o ensino da língua de ensino, o português, como uma segunda língua (L2); no entanto, existe um bom número de professores que trabalha em contexto multilíngue sem compreender adequadamente a relação entre a língua materna (L1) dos alunos e a L2 (língua do Estado). Essa incompreensão, atrelada ao trabalho pedagógico de ensinar o português a partir da ideia de uma forma padrão correta de falar e escrever o português, promove a reprodução de métodos de ensino marcado por preconceito linguístico, repetição mecânica que não dialogam com ideia de uma educação linguística, ao contrário, dialoga como a opressão no *modus vivendi* de professores formados em meio a confrontos de várias naturezas.

Bourdieu (1996, p.35) diz que, no processo de legitimação e imposição de uma língua oficial, a escola tem um papel determinante, a ela cabe a função de “fabricar as semelhanças” visando a formação de uma consciência coletiva que atua como “cimento da nação”. Para essa fabricação o professor é convocado para trabalhar sobre a linguagem e suas formas de expressão, as ideias e a emoção, para ensinar a mesma língua a crianças, que devem aprender a ver e sentir “naturalmente” as coisas do mesmo modo. As crianças aprendem condutas regulares e duráveis a partir de práticas pedagógicas que giram em torno da correção e da distinção sobre o alto valor da língua legítima e o baixo valor das línguas nacionais. O sistema que forma os alunos na escola, também forma professores, ensina sobre como fabricar semelhanças.

O ensino do português, como língua segunda, carrega um desencontro entre a língua de ensino e o capital cultural daquele que aprende. Um conflito que frequentemente é silenciado, pois o que importa é que os alunos adquiram condutas regulares e duráveis sobre como usar a língua oficial, sobre a língua e cultura bem avaliada no mercado de trocas linguísticas. Essas condutas são produtos da interiorização de um mundo social ensinado, valorizado e validado pela escola (Bourdieu, 1996). Não aprender tem consequências, as quais trazem várias reflexões sobre o ensino de língua portuguesa na escola, envolvendo professores e alunos, o que se ensina e como se ensina, como se dá a aprendizagem, as dificuldades e o modo de superá-las.



### 3 O ensino de língua portuguesa em escolas angolanas: o que dizem os alunos?

A escrita como prática social é uma atividade marcada por dialogicidade, especialmente quando se trata de escrever sobre si, sobre a própria experiência enquanto algo que não está no passado, mas continua ressoando, continua passando, como algo que nos atravessa (Larrosa, 2011). A narrativa do vivido não é um mero registro de informações, mas uma atividade que se estabelece em meio a um processo ativo de interpretação das experiências e idas e vindas, lembranças e esquecimentos, de registro de uma memória de quem conta. A escrita da memória aparece nesta pesquisa como procedimento metodológico a partir do qual observamos reflexivamente as práticas de ensino de língua em Angola.

Segundo Sousa e Salgado (2015), a memória nos torna aquilo que somos e podemos vir a ser, pois cada lembrança recordada ou esquecida faz com que sejamos sujeitos únicos ou com uma posição de ver o mundo totalmente diferenciada; o repertório memorístico de cada pessoa influencia na construção da sua personalidade, permitindo o armazenamento e a recuperação de informações no cérebro.

A percepção de identidade é motivada e construída por meio da memória, permitindo o entrosamento com as raízes; por meio dela, o indivíduo atribui valor, sentimento ao seu passado histórico com o propósito de conectá-lo ao presente. Ela é relevante na construção da identidade coletiva, fruto das várias experiências individuais produzidas pelos indivíduos de determinada comunidade. A memória individual reflete percepções únicas que se constroem ao longo do percurso histórico do indivíduo, marcadas por experiências, eventos pessoais e subjetivos ao longo de sua vida; a memória coletiva está associada à maneira como um determinado grupo preserva e compartilha o seu passado histórico.

A memória é fundamental para a compreensão dos processos históricos, [...] como uma construção social é significativamente importante para a construção de identidade de um sujeito histórico como cidadão, para que este se reconheça como tal e se aproprie do seu próprio processo de formação (Biazzetto, 2013, p. 1128).

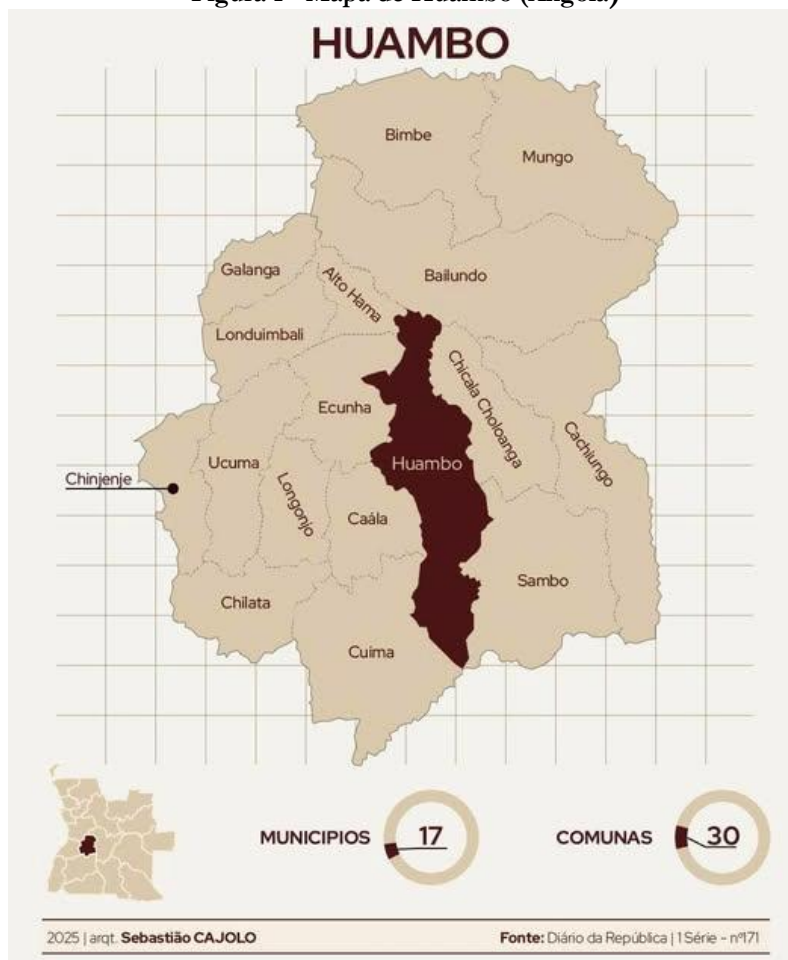
A memória coletiva, segundo Halbwachs (1990), consiste no trabalho realizado por um grupo social para articular e localizar lembranças em quadros sociais comuns, resultando em um acervo de experiências compartilhadas que dão coesão ao grupo. Ela funciona como uma "história viva" que reconstrói e ressignifica o passado de acordo com as crenças, necessidades e valores do presente, buscando estabelecer uma continuidade onde possam ter ocorrido rupturas históricas. O outro, nesse processo, é essencial, pois, a partir de seu depoimento, gera apoio, complementa a narrativa, fortalece o trabalho da memória. Nas palavras do referido autor, a “confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (Halbwachs, 1990, p.25).

Nesse sentido, a memória coletiva pode ser vista como a grande protagonista da história, ela recusa os eventos a partir das experiências, de como são sentidos e validados ao longo do tempo e das gerações. Assim, histórias oficiais, contadas e escritas por colonizadores, podem ser questionadas e reescritas sob a perspectiva de grupos oprimidos e marginalizados.

A escrita da memória é utilizada em nossa investigação como atividade para geração de dados sobre como o ensino de língua portuguesa em Angola aconteceu em uma escola localizada na província do Huambo, município do Longonjo, comuna do Lépi. Longonjo, tem cerca de 92 mil habitantes e, geograficamente, está situada no Planalto Central angolano, fica a aproximadamente 60 km da capital da província, Huambo. Historicamente, a economia local tem como base a agricultura familiar e de subsistência ao mesmo tempo que o município é um dos maiores depósitos de minerais raros, fato que tem promovido mudanças significativas como a transição da economia prioritariamente agrícola para a mineração voltada a um mercado global.

Umbundo é a língua nacional mais falada no cotidiano da população, enquanto o português é a língua administrativa.

Figura 1 - Mapa de Huambo (Angola)



Fonte: Diário da República (2025).

A escola em questão oferece Ensino Primário e Ensino Secundário. Seleccionamos duas turmas: uma da 8<sup>a</sup> classe e outra da 9<sup>a</sup> classe. Essa escolha se deve ao fato de serem classes com alunos que estão há pelo menos 8 anos na escola no processo de aprendizagem formal do português, de práticas da leitura e da escrita. A faixa etária oficial prevista para 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> classe é 13 e 14 anos, mas as turmas não costumam seguir essa regularidade. Os alunos, sujeitos de nosso estudo, têm entre 14 e 27 anos, dado que foi levantado junto à secretaria da escola a partir do documento de matrícula.

Elaboramos uma oficina de escrita, enquanto procedimento metodológico participativo que articula teoria e prática, com o sentido de gerar os dados sobre o processo de aprendizagem do português a partir da memória dos alunos. A oficina aconteceu em dois dias consecutivos para as duas classes. Como atividade teórica, elaboramos uma aula sobre histórias de aprendizagem da leitura e da escrita, a partir da obra *A importância do ato de ler*, de Paulo Freire, na qual o autor explora sobre sua relação com a leitura que começa em casa, com a família e depois continua na escola com os professores. Explora a chegada à escola e a sua percepção *palavra-mundo*, da leitura do mundo precede a leitura da palavra. Uma relação marcada por descobertas, desafios e por afeto que é contada como escrita de memória. Essas narrativas geram dados retrospectivos porque os mergulham em seu passado e projetam suas experiências a partir das histórias que escrevem. Como atividade prática, entregamos uma folha com encaminhamentos para a escrita da memória.

Solicitamos aos alunos que escrevessem sobre suas lembranças, sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, a partir do enunciado que segue:

#### Quadro 1 – Encaminhamentos para a escrita da memória de alunos

Vivemos em um país de muitas línguas, mas na escola estudamos a língua portuguesa, pois essa é a língua oficial de Angola. Você chegou à escola falando uma língua nacional (Umbundo, Kikongo, Kimbundo) e precisou aprender a ler e escrever em português. Que desafio! Você lembra como aprendeu a ler e escrever? Hoje você está na 8ª ou 9ª classe e deve ter lembranças de histórias sobre suas dificuldades e suas vitórias no processo de aprendizagem da leitura e da escrita na escola. Escreva, a seguir, uma lembrança que você considera importante sobre sua história de aprendizagem da língua portuguesa na escola.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Um grupo de 47 alunos participou da aula e produziu o texto solicitado. Destacamos que todos os alunos participantes têm o português como segunda língua. A língua nacional mais presente é o Umbundo. Todos, com entusiasmo e vontade enorme em participar, escreveram sobre suas experiências de aprendizagem do Português e sua escrita. Recebemos os textos, lemos, analisamos, transcrevemos na íntegra e de modo literal como pode ser observado no item a seguir. A leitura dos trabalhos permitiu o levantamento de dois pontos recorrentes: a) marcas da colonialidade na imposição do português e b) práticas pedagógicas no ensino de língua. Delimitamos e transcrevemos integralmente a escrita de cinco alunos para este trabalho, o recorte levou em consideração uma amostra representativa dos pontos recorrentes que exploramos na análise que segue.

Por uma questão de proteção da identidade, os alunos são identificados pelo número de seus textos, também não vamos identificar a idade dos participantes, pois não tivemos acesso a essa informação individual de cada participante. Tivemos a autorização da escola para realizar a oficina, mas também fizemos a opção de dar um nome fictício à instituição, que aqui será identificada como *Complexo escolar Rei Tchibenda, nº 58*. A escola possui sete salas de aula que funcionam em dois períodos letivos (matutino e vespertino), conta com quarenta e seis professores, dos quais são dois formados em Didática da Língua Portuguesa, um em Ensino da Língua Portuguesa e um em Direito, ministrando a disciplina de língua portuguesa. Tem um total de setecentos e oitenta e dois alunos matriculados.

### 3.1 Marcas da colonialidade na imposição do Português

A aprendizagem da leitura e da escrita é um processo com fases e episódios marcantes na vida de todo aprendiz, que conta passagens guardadas na lembrança, como situações vivas e presentes em suas vidas. Essas lembranças, as memórias individuais não podem ser compreendidas como se fossem formadas por indivíduos isolados, mas a partir da relação de cada aluno como um sujeito social que interage com outros sujeitos, em um jogo que envolve concordâncias e ajudam a formar um patrimônio comum de recordações, perspectiva que possibilita afirmar que a memória tem um carácter coletivo, o sujeito é capaz de recordar apenas se pertencer a algum grupo social, como é o caso de alunos que chegam às escolas angolanas e precisam aprender a língua portuguesa e o que essa língua representa.

A escrita de um aluno da 8ª classe mostra a língua portuguesa como portadora de distinção social. Aprender a ler e escrever a língua oficial tem um valor simbólico legitimado pela escola e alcança outros lugares institucionais de prestígio nos púlpitos de igrejas. Essa aprendizagem é contada como uma experiência de sofrimento, em meio a abusos de colegas e de irmãos, um caminho tortuoso que exige muita dedicação para ser trilhado, mas há uma recompensa, uma espécie de redenção: ler e pregar na igreja, ser alguém que ensina, dá testemunho de amor à língua portuguesa. O mérito da aprendizagem é dado ao professor e à língua portuguesa, que é



apresentada como princípio de diferenciação, capital cultural (Bourdieu, 1996) suficiente para alcançar posições socialmente prestigiadas.

#### Quadro 2 – Escrita da memória de alunos – Texto 1

##### 8ª Classe - Texto 1

Primeiramente do graça a Deus porter dado em mi uma inteligência.  
Portanto quando a prendi ler e escrever muitos dos colega abusava em mi, em casa os irmão também abusava porque eu passava ler letra por letra serto dia eu mededicava tanto para ler corectamente e medediquei e serto dia elegeram-me para ler e pregar na minha igreja.  
graça a língua Portuguesa e eu amo muito e adoro.  
Obrigado professor: que deus té cuide

Fonte: Elaboração própria (2025).

A memória traz a herança de um país que foi colônia por muitos séculos, lutou e conseguiu a independência, mas as marcas da dominação continuam presentes. É a escrita de uma memória de fatos que o aluno, que nasceu após o período colonial, mas que vive e sente o preconceito em relação aos saberes e a cultura que ele carrega ao chegar à escola, aprende pela violência simbólica o peso e o alto valor da língua oficial, no mercado de trocas linguísticas (Bourdieu, 1996).

#### Quadro 3 – Escrita da memória de alunos – Texto 2

##### 8ª Classe - Texto 2

Uma lembrança sobre o pasado  
Quando fis a 3ª classe sofri muita umilhação por ñ saber ler muitos castigo muita reprovação mais tarde deu saber ler achai muita coisa normal sobre o meu sestudo que tabem graça a deus sei ver o que estamal e o que esta bom sobre o meus estudo  
á lingua portuguesa  
e a ligua muito iporte do nosso pais angolano

Fonte: Elaboração própria (2025).

As memórias envolvendo castigos, humilhações estão presentes em 90% dos textos produzidos. O texto 2 traz uma outra forma de punição: a reprovação escolar. O aluno viveu “muita reprovação” até “saber ler”, a retenção é apresentada como algo normal e legítimo, ele não aprendeu o suficiente para mudar de classe, mas aprendeu a identificar o que está “bem” e o que está “mal,” em seus estudos sobre o português, ou seja, o problema está com ele. Aprendeu que a língua é importante para o país, mas não diz sobre o que essa língua representa para sua vida enquanto angolano. A ideia do saber, neste caso, parece um eco das experiências negativas de aprendizagem, de uma herança colonial.

Os textos 1 e 2 nos permitem ver que a língua não é uma abstração, ao contrário, ela é tão concreta quanto as pessoas que fazem uso dela, é parte integrante das pessoas que dela se servem. O português, língua imposta no processo de colonização, continua a ser a língua oficial e de prestígio social. Angola vive o processo de independência, deixou de ser colônia de Portugal há 50 anos, no entanto, o eurocentrismo e o silenciamento de línguas e culturas ainda é uma realidade. Romper com a colonialidade do poder é um desafio não apenas político, mas também teórico e epistêmico e como tal passa pela educação escolar, como uma atividade de e para a autonomia.

### 3.2 Práticas pedagógicas no ensino de língua

O professor, como pontua Bourdieu (1996), atua como um agente do Estado e tem a função de reproduzir a cultura dominante a partir do trabalho de inculcação de saberes, valores, comportamentos considerados corretos em uma perspectiva universal. O aluno precisa aprender e acreditar na validade da cultura arbitrária como algo inquestionável, aprender e reproduzir nas práticas cotidianas. O professor que ensina também é fruto desse sistema, o percurso formativo

molda suas disposições, crenças e modos de ensinar, vigiar, controlar e punir quem não produz os resultados esperados.

A escrita dos alunos mostra que o trabalho pedagógico de silenciar as línguas nacionais e fabricar semelhanças envolve diferentes formas de violências ao corpo dos alunos para assujeitamento. A correção e a distinção no ensino do português, para alguns alunos, como aqueles dos textos 3 e 4, para a aprendizagem da leitura e escrita incluem surras nos estudantes, uma prática educativa não questionada pela família, mas autorizada e marca da herança colonial opressora, que dominou a partir da violência, que buscou formar professores para um ensino mecânico e de obediência cega.

#### Quadro 4 – Escrita da memória de alunos – Texto 3

##### 9ª Classe - Texto 3

Eu aprendi a ler bém consura e cada dia eu chorava mais e taben agradeço em primeiro lugar Deus depois au professor que me ajudou a ler e escrever taben agradeço aos meus pais que me mandaram sempre para escola. E os meus professores que estudei com eles foram muito bom mesmo com a sura eu aprendi muitas coisa que eu não sabia

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

As memórias dos estudantes estão marcadas por uma espécie de pedagogia coercitiva segundo a qual ler bem inclui castigos ao corpo. A escola e a família concordam com a eficácia desse modo de ensinar, de fazer aprender sem a necessidade de questionar, ou relacionar, mas de reproduzir corretamente, ser o que Foucault (1997) chama de corpo dócil, economicamente produtivo e politicamente submisso, que aprende a agradecer pela correção que garante a aprendizagem da língua, pela surra que conserta o comportamento malandro e a brincadeira, por compreender o Umbundo como língua falada e entendida por quem chega às escolas, mas o português é a língua valorizada e como tal deve ser querida, aprendida e entendida, como lemos no texto 4.

#### Quadro 5 – Escrita da memória de alunos – Texto 4

##### 8ª Classe - Texto 4

Eu aprendi a ler e escreve na 4ª classe e tabem é consura é assim que eu aprendi lér e escrever depois mais muito bém na 5ª classe eu pramim foi bom porque um aluno tabom com conçorra. Mais alingua que nós valorizamos é a língua portuguesa aquilo nós não tinhamos umbundo porque alingua que nós intendemo é a língua portuguesa. Itambem nós tempo eramos muito maladro mais agora mudei graça a deus agora estoe grande não faço mais essa brincadeira. Eu gosto muito da Lingua portuguesa porque é a lingua que nós intendemos.

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Os textos acima expõem práticas de ensino como estratégias (de guerra) para aprendizagem da leitura e da escrita. A formação inicial tardia de professores e a história de Angola têm uma grande relação com o contexto das práticas de ensino relatadas na escrita dos alunos. As guerras afetaram significativamente a formação profissional de professores. A instabilidade política e social, a destruição de prédios, a escassez de recursos prejudicou a implantação e a expansão de cursos superior, afetou formação inicial e continuada de professores. As guerras provocaram uma lacuna histórica na educação.

Os alunos, ao escreverem sobre suas trajetórias escolares, mostraram também que a realidade não é linear, mas feita em meio a confrontos de diferentes naturezas. Em meio a tantas estratégias, próprias das guerras para fabricar regularidades, acontecem táticas de resistência, explicadas por Certeau (1998) como “engenhosidades do fraco” para tirar proveito do forte. A resistência está sempre presente andando no contrafluxo, ainda que de modo discreto. A escrita da memória apresenta também indícios de práticas produtivas de ensino distantes de castigos e

voltadas para a paciência na aprendizagem dos alunos. Essa engenhosidade foi observada em apenas três textos, do montante produzido pelos estudantes.

#### Quadro 6 – Escrita da memória de alunos – Texto 5

##### 9ª Classe - Texto 5

As minhas história são:

quando fiz a quarta classe gostava de ler e escrever mais tinha alguns problemas na parte da gramática, fui tentando com ajuda do professor mais graças adeus não sei tudo mais aprede um pouco e quero mais aprender

**gostava do professor porque ele tinha muita paciência e me ajudar a ler e escreve, agradesso a ele.** Desde a quarta classe nunca recebe nenhuma chicotada de nenho professor.

Estes são os meus agradecimentos, muito obrigado.

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

A narrativa traz o diálogo com práticas pedagógicas produtivas. O aluno guarda na memória a imagem de um professor paciente, que ensinou sobre gramática e que o ajudou a ler, escrever e a querer aprender mais, a reconhecer-se como alguém que está apropriando-se do uso e da função da língua portuguesa, enquanto língua oficial e de prestígio social de Angola. Aprender com um professor paciente, no entanto, acontece depois de alguns anos na escola. O aluno que escreve está na 9 classe, mas a compreensão da aprendizagem sem os castigos contra o corpo, só chegam na quarta classe, quando o estudante mostra que foi capaz de aprender a ler, falar, escrever, interpretar e compreender o mundo da língua de Estado. O trabalho pedagógico que considera o cuidado com o tempo de aprendizagem está presente nas escolas como uma forma de resistência de professores que entendem a necessidade de um ensino que promova a cultura de paz e de respeito.

### Considerações finais

Nosso objetivo foi discutir a relação que envolve o ensino-aprendizagem do português e a história de Angola a partir da escrita da memória de alunos sobre a aprendizagem da leitura e escrita na escola. A partir de uma oficina com estudantes angolanos, a escrita da memória chegou a nossas mãos, e tratamos cada um dos textos como narrativas carregadas de sentidos sobre o processo de ensino-aprendizagem do português em um país de muitas línguas e culturas que foram desvalorizadas pelo colonizador.

As narrativas nos mostraram a existência de intolerância na convivência entre o português e as línguas angolanas, de modo particular o umbundo, que repercute no ensino-aprendizagem da língua portuguesa enquanto língua segunda. Os anos de dominação portuguesa e as muitas guerras que o povo angolano viveu, deixaram marcas profundas, que repercutem e afetam até alunos que nasceram após a 1975, e sentem o peso da aprendizagem da língua portuguesa. Afetam professores, que tiveram seu processo formativo fragilizado pelo poder opressor preocupado em dominar e oferecer apenas o suficiente para a aprendizagem do português como instrumento de comunicação. Por outro lado, vimos que práticas pedagógicas produtivas acontecem e podem ajudar os estudantes a entender que a escola é lugar de construção de autonomia e não de reprodução de opressão.

Os textos também mostraram que as línguas nacionais estão presentes e não podem ser desconsideradas, pelo contrário, precisam ser estudadas pois elas afetam o processo de aprendizagem, promovem alterações no português de Angola.

## Referências

- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Aprovada em 21 de janeiro de 2010. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.
- ANGOLA. Ministério da educação. *Currículo da formação de professores do 1º ciclo do ensino secundário*. 1. ed. Luanda: Inide, 2004.
- BLAZZETTO, Giovanni. Leitura e escrita de lugares de memória: Ensino de história e suas possibilidades de leitura e escrita. PPGH-UNISINOS: *Revista Latino-Americana de História* Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/261>. Acesso em 10 junho 2025.
- BINJI, Pedro. *A reforma educativa em Angola: o desafio da construção duma escola libertadora*. Padova: Centro Missionario dei Cappuccini, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer* (1980). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 20ª ed. São Paulo: Vozes, 1997.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*, 23ª Edição, São Paulo: Autores Associados, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2012.
- LARROSA, Jose. Experiência e alteridade em educação. *Reflexão e Ação*, v. 19, n. 2, p. 04-27, 5 jul. 2011
- NORÉ, Alfredo.; ADÃO, Áurea. O ensino colonial destinado aos "indígenas" de Angola. *Revista Lusófona de Educação*, 1(1), 101-126, 2003. Disponível em: <https://recil.lusofona.pt/server/api/core/bitstreams/51af9772-9832-4ae9-aa9f-c68b75428c4d/content>. Acesso em 10 de jun.2025.
- SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Vol. 5, Florianópolis: Insular, 2014. (Coleção Linguística).
- SOSA, Aline Bastista SALGADO, Tania Denise Miskinis. Memória, aprendizagem, emoção e inteligência. *Revista Liberato*, Novo Hamburgo, v. 16, n. 26, p. 101-220, 2015.
- UNDOLO, Márcio. *Introdução a linguística aplicada ao ensino de português*. Luanda: Edições ECO 7, 2020.
- VILELA, Mário. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1999.

Submetido em 31/07/2025

Aceito em 27/07/2026

12